ESPAÇO SOCIALISTA

Nº 86 Fevereiro de 2016
Contribuição: R$ 2,00

Organização Marxista Revolucionária

ISSO É CAPITALISMO

Conjuntura Nacional
Lutar contra o desemprego, a inflação e a reforma da previdência social

Formação
A dinâmica das crises capitalistas

Educação Pública
Em defesa da educação pública

Professores
A reorganização das escolas e as perspectivas para 2016

Rio de Janeiro
A crise expressa a decadência do estado e os "ajustes fiscais"

Internacional
A crise na China expressa os sinais da crise estrutural do capital

Um plano de lutas contra o desemprego, a inflação e a reforma da previdência social

Sai Levy, entra Barbosa: mudar para ficar como está

Sem surpreender, Joaquim Levy deixou o governo Dilma. Em seu lugar, entra Barbosa – que estava no ministério do planejamento. Mas, o que muda na política econômica do governo Dilma? Nada! Pelo contrário, as medidas de austeridade contra os direitos dos trabalhadores devem ser ainda mais duras.

Levy estava muito questionado por setores do PT, do movimento social dirigido pelo PT (CUT, sindicatos etc.) e até pelo MTST que, equivocadamente, trabalha com a ilusão de que o problema é quem ocupa o ministério e não o próprio modelo econômico implementado no país.

Levy também caiu por não ter força política suficiente para impor um novo pacote de medidas que aprofundam o arrocho e retirada de direitos. Nelson Barbosa, ao não estar desgastado e por poder contar com a complacência do movimento social pelego e governista, tem mais condições de impor as medidas exigidas pelos empresários e banqueiros – mais uma reforma da previdência e a aprovação da CPMF que, mesmo descontada de todos, são repassadas aos preços finais, ou seja, quem de fato paga são os trabalhadores e a população pobre.

Medidas para agradar banqueiros e empresários

Com essa mudança no ministério, Dilma sinaliza aos burgueses que não haverá mudanças na política de ajuste fiscal, do aumento dos juros, o que garante à classe dominante a manutenção dos seus lucros às custas dos direitos dos trabalhadores. Ou seja, o que ele aplicará vai se somar às medidas do ajuste fiscal, do adiamento da recomposição salarial do funcionalismo (fim do abono permanência e cancelamento de concursos públicos), mudanças nas regras dos benefícios previdenciários e do seguro desemprego.

Portanto, não se trata de nenhum "giro à esquerda" desse governo: Nelson Barbosa foi nomeado para seguir com essa política contrária ao trabalhador, como bem disse ao se reunir com "investidores" (leia-se *especuladores que lucram com o dinheiro público*), assegurando que continuará com o ajuste e – segundo ele – "o compromisso com a estabilidade fiscal está mantido".

Mais uma reforma da previdência

Uma das características dos governos petistas é "fatiar" os ataques. De modo diferente do que fazia o PSDB, normalmente vai aplicando as medidas aos poucos, atingindo um setor por vez e procurando impedir que aconteça uma união de todos contra os ataques.

Nas reformas da previdência anteriores promovidas pelos governos petistas, o funcionalismo público foi a principal vítima – e mesmo assim não atingia todo mundo.

Imposição de idade mínima, fim do salário integral (primeiro com um índice de 80% da média dos últimos salários e, mais recentemente, impondo o mesmo teto do regime geral – CLT) para os novos contratados e, na prática, impondo o fim da paridade entre os aposentados e os trabalhadores da ativa.

Depois de mudar radicalmente o modelo previdenciário dos trabalhadores públicos, as medidas políticas agora se voltam contra os trabalhadores celetistas.

No ano passado, além da manutenção do fator previdenciário (para não haver redução drástica no salário, deve-se contribuir e trabalhar mais tempo), o governo criou o modelo 85/95 – para aposentar sem o fator previdenciário, é necessário que a soma da idade e do tempo da contribuição da pessoa some 85 (mulheres) ou 95 (homens).

Pela nova proposta de reforma, Nelson Barbosa quer impor a idade mínima para se aposentar, ou seja, teremos que trabalhar muito mais tempo par ter direito a esse benefício. Fala-se da necessidade de os homens terem 65 anos e mulheres 60, que devem ser combinado com 35 anos de contribuição para os homens e 30 para as mulheres.

A previdência não é deficitária

Um dos argumentos do governo é: a previdência social é deficitária. Para assustar e chantagear os trabalhadores, o governo diz que pode chegar a 3 trilhões de reais em 2050 e, por isso, o governo precisa se preparar para o sistema não se quebrar. Também, segundo o governo, até o fim deste ano esse déficit seria de aproximadamente de 120 bilhões de reais.

A solução, então, seria mexer na aposentadoria. Lembremos que, no ano passado, o auxílio doença e as pensões por morte já sofreram cortes drásticos.

É mentira que a previdência é deficitária. Pelo contrário, ela é superavitária. Muitos são os que provam a falsidade dos dados do governo, utilizados para justificar mais um ataque sobre os direitos dos trabalhadores.

Só para termos uma ideia, segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), em 2013, a seguridade social teve um superávit de 76 bilhões de reais.

As trapaças do governo

Já para o governo, no mesmo ano de 2013, houve um déficit de 83 bilhões. Por trás dessa divergência estão as chamadas manobras fiscais – mecanismos fraudulentos, que transformam algo que é superavitário em deficitário.

Mas como fazem essa mágica? São vários mecanismos:

- O governo deixa – mesmo sendo determinação da constituição – de computar como entrada no caixa alguns impostos como o COFINS, CLL e receita de jogos como a Mega-Sena;

- Desvincula o orçamento da previdência da seguridade social;

- Desvinculação da receita da União (DRU) – em alguns anos, de mais de 20% - do orçamento da seguridade social, ou seja: parte dos recursos são destinados a outros órgãos ou mesmo para o superávit primário, que é destinado ao pagamento da dívida pública;

- Não fiscaliza e nem cobra os grandes devedores (grandes empresas que devem para a previdência). O pior é

que, além de não pagarem sua parte, ainda descontam a contribuição dos trabalhadores diretamente de seu hollerit e não repassam para a previdência social;

- As concessões que o governo fez para vários setores do empresariado, com a desoneração da folha de pagamento (as empresas passaram a contribuir para a previdência não mais sobre a folha de pagamento, mas sobre o faturamento) fez com que a previdência deixasse de arrecadar mais de 70 bilhões de reais até o ano de 2014.

Como se vê, a previdência não é deficitária. O governo, maquiando os números, falsifica os dados para fazer a previdência **parecer deficitária**.

Sabemos que as reformas implementadas nos últimos anos (iniciada pelo PSDB e aprofundada pelos governos petistas) têm como objetivo fazer sobrar mais dinheiro para repassar para as empresas e para os bancos (com o pagamento das dívidas).

Por isso, a nossa organização será fundamental para barrar mais esse ataque aos nossos direitos. Só a luta e a organização da classe trabalhadora poderão fazer essas medidas do governo e empresários recuarem.

Desemprego e inflação: um programa revolucionário para enfrentar esses males do capitalismo

Os dados sobre desemprego do mês de janeiro indicam que mais de 1 milhão e quinhentos mil pessoas perderam o emprego nos últimos 12 meses. E estamos falando só de trabalhadores com carteira assinada. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2016 serão mais 700 mil trabalhadores desempregados – assim, a situação tende a ser muito pior.

São, segundo o governo, mais de 10 milhões de desempregados no país.

Quando tratamos da população "desocupada" (os que em idade apta para o trabalho – *população economicamente ativa* –, mas não estão trabalhando), a situação é ainda mais grave, pois 44% das pessoas estão desocupadas.

Sabemos das consequências sociais para a classe trabalhadora desempregada: pois sequer tem o direito de vender a sua força de trabalho e, consequentemente, tem ameaçados o transporte, a moradia, a alimentação, enfim: encontra-se num constante risco de ser condenada à miséria.

Por isso, no nosso entender, a luta contra o desemprego é uma das principais tarefas colocadas para o movimento social. Organizar os trabalhadores empregados e desempregados para, juntos, lutar pela estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para que tod@s tenham emprego, assim como outras propostas de luta.

Não podemos pensar nesta campanha realizada apenas por desempregados, mas sim por trabalhadores empregados, nos sindicatos, na organização de comitês de luta contra o desemprego, enfim, é uma campanha que deve envolver os desempregados, mas também todos aqueles que podem ficar desempregados.

Soma-se ao desemprego a inflação, impulsionada pelo aumento das tarifas públicas, ou daquilo que é autorizado pelos governos federal, estaduais e municipais: conta de luz, conta de água, gasolina, transporte público etc.

Sabemos bem que a inflação é prejudicial a classe trabalhadora que vê seu poder de compra reduzido (gasta-se mais para comprar os bens necessários),

o salário é arrochado e desvalorizado porque a data-base ocorre só uma vez por ano e, mesmo assim, é para repor o que já se perdeu (e o salário nunca alcança os preços).

E a tendência é os preços continuarem subindo.

Sabemos, também, que a inflação prejudica só a classe trabalhadora, primeiro, porque os patrões – para garantir a manutenção dos seus lucros – imediatamente repassam o aumento da inflação para os preços de seus produtos, segundo, que – como, em regra, os salários não acompanham o aumento do custo de vida – é uma forma de a patronal aumentar a extração de mais valia.

Entre tantos, esses dois problemas, decorrentes da economia capitalista, exigem de nós um esforço para ganhar a classe trabalhadora para enfrenta-los e, ao mesmo tempo, apresentar as propostas dos revolucionários sobre essas questões, como congelamento de preços, sob controle dos trabalhadores, fim dos intermediários entre os produtores e os consumidores, reforma agrária (para aumentar a oferta de produtos), expropriação do agronegócio e redução da jornada de trabalho (para garantir emprego para tod@s).

Construir o "campo" dos trabalhadores

Muitos setores de esquerda têm se referido à construção de um "terceiro campo" na disputa política nacional, como forma de se contrapor ao "campo do PT" e ao "campo da oposição burguesa".

Achamos equivocado utilizar essa expressão, pois ela carrega um significado político que mais confunde do que explica a atual forma das alianças entre as frações do capital.

Hoje, os partidos governistas e os da oposição burguesa não divergem do projeto econômico em andamento no país, tanto que todas as medidas do ajuste fiscal foram aprovadas com o apoio entusiasta dos partidos da oposição burguesa.

Seguridade social e previdência

Na Seguridade social estão inseridos três programas sociais: saúde, assistência social e previdência social, que são regulados pela Constituição Federal. Por isso que, para mudar a previdência social, é necessário mudar a Constituição Federal.

A saúde e a assistência social não exigem nenhum tipo de contribuição para ter acesso. Já a previdência social, que regula os benefícios previdenciários (pensão por morte, auxilio doença, aposentadoria e outros), exige contribuição para fazer jus aos benefícios. Por isso é descontado mensalmente dos trabalhadores um porcentual do salário como contribuição.

O financiamento do sistema de seguridade social vêm das contribuições previdenciárias (de empregadores e empregados), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição ao PIS-Pasep e outras, incluindo uma parcela da arrecadação com as loterias.

Por isso, entendemos que o governo e a oposição burguesa fazem parte de um mesmo campo: o do capital. Assim, é fundamental a construção do campo dos trabalhadores e dos explorados para fazer frente aos ataques do capital.

Esse conceito da construção do campo dos trabalhadores permite incidir sobre o desenvolvimento e fortalecimento de uma consciência socialista no interior da classe trabalhadora, de modo que a classe identifique tanto o governo petista, quanto os demais partidos burgueses, como inimigos de classe.

Para o fortalecimento e construção concreta desse campo dos trabalhadores a organização de encontros setoriais, regionais e estaduais é fundamental. Nesse sentido, nesse momento, a construção do Espaço Unidade de Ação nas regiões é um passo importante neste sentido.

Organizar a luta contra os ataques aos direitos

Para fazer frente a esses ataques, é fundamental que as organizações de esquerda e as dos movimentos sociais orientem seus esforços para a construção de um processo de mobilização e de enfrentamento aos governos e seus planos de ataque aos direitos da classe trabalhadora.

Para isso, pensamos ser fundamental algumas iniciativas:

√ Impulsionar a organização de comitês contra o desemprego e em defesa do emprego;

√ Um programa anticapitalista e socialista para responder à crise do ponto de vista da classe trabalhadora;

√ A construção, em março, de um dia nacional de lutas, com paralisações nos locais e manifestações, bloqueio de ruas e rodovias e todas as iniciativas possíveis na base das categorias e nos estados;

√ Uma plenária nacional de ativistas e lutadores para debater esse programa e formas de organizar e unificar a luta nacionalmente

Há soluções para as crises econômicas?

Sérgio Lessa

Não... e, todavia, há sim!

O que há de mais comum em se tratando das crises, digamos, nos últimos 70 anos, não é tanto a sua recorrência – tão frequente que é quase uma permanência – mas sim as garantias dos governantes (ou dos candidatos por ocasião das eleições) de que, finalmente, encontrou-se a saída para as mesmas. Sempre um "milagroso milagre" que, expresso em um conjunto de medidas econômicas, resolveria definitivamente as crises, abrindo um período de prosperidade econômica.

Alguns ainda se lembrarão dos "cinco dedos" da campanha do Fernando Henrique à Presidência: reduzindo-se a presença do Estado à educação, segurança, emprego, saúde e agricultura, a prosperidade seria alcançada. Ou do "sem medo de ser feliz" da campanha do PT. Os mais velhos se lembrarão dos programas "desenvolvimentistas" da Ditadura Militar (o Milagre Brasileiro) ou mesmo do governo Juscelino Kubitschek – ou, ainda, das esperanças que vieram junto com a "Constituição Cidadã" de 1988: imaginava-se que estaríamos entrando em um Estado de Bem-Estar, como o dos países capitalistas mais desenvolvidos! Quantas esperanças não despertaram os planos econômicos da época da presidência de Sarnei, com o congelamento dos preços, com as "donas de casa" imaginando assumir o controle dos preços dos produtos dos grandes monopólios internacionais!

Não há como se fugir da constatação: as crises não desaparecem, mas as ilusões permanecem. Como se apenas fosse possível conviver com a crise tendo ilusões de que ela estaria para terminar. De algum modo, a esperança por melhores dias torna o presente aparentemente menos sofrido, menos dolorido.

A razão das crises

Já tratamos, em artigos anteriores, da razão fundamental das crises no modo de produção capitalista, mas não custa recordar brevemente: as classes dominantes, por toda a história, necessitam do mercado para acumularem suas riquezas. Precisam trocar por ouro e prata, ou por dinheiro, os produtos que extraem do trabalho daqueles que exploram. O mercado, por isso, é indispensável para a reprodução das sociedades de classe.

O mercado, contudo, apenas pode funcionar em uma situação bastante particular: para que os preços sejam compensadores, é preciso que a oferta nunca ultrapasse a procura. Desde o aparecimento das classes sociais, com a Revolução Neolítica, há 12 mil anos, até a Revolução Industrial (1776-1830), foi precisamente isto que aconteceu. Como a produção não era suficiente para atender as necessidades de todas as pessoas, a procura era sempre maior do que a oferta e os preços tendiam a se manter elevados. As classes dominantes tinham, então, no mercado um poderoso instrumento para seu enriquecimento e para a manutenção do seu poder.

As crises, claro, existiam nesse período histórico. Contudo, eram crises causadas por pragas na agricultura, por guerras, por falta de mercadorias ou de matérias-primas, ou de energia e assim por diante. Não eram crises provocadas pela produção maior do que o consumo, salvo raríssimas exceções.

Com a Revolução Industrial (1776-1830), esse quadro se alterou profundamente. A produção ultrapassou o consumo e a carência foi substituída pela abundância. Com isso, pela primeira vez, o mercado deixou de funcionar para a acumulação da classe dominante: a oferta maior do que a procura derrubou os preços abaixo do custo de produção, inviabilizando a produção de mercadorias (lembremos, mercadorias são produtos voltados para o lucro). Desde o final da Revolução Industrial até hoje, há mais anos de crise do que de prosperidade econômica! Sempre, por todos os lugares, a causa fundamental é a mesma: falta mercado para tanta produção. Com a oferta acima da procura, os preços caem, a produção é suspensa e o desemprego aumenta. Os bancos aumentam os juros para cobrir os prejuízos causados pelo fato de a indústria e a agricultura não conseguirem pagar seus empréstimos, a agricultura não suporta os altos juros e quebra, arrastando atrás de si o restante

das indústrias e dos bancos. A dinâmica da crise é, com poucas alterações, essencialmente, esta.

Esse é o ciclo das crises que se repetem no capitalismo desenvolvido: a superprodução derruba a produção, aumenta o desemprego, derruba o consumo e toda a economia vai à bancarrota. A capacidade de produzir acima das necessidades de consumo, que deveria significar mais conforto e menos trabalho para todos, significa, ao contrário, miséria e desemprego para muitos, ou baixos salários e trabalho ainda mais estafante para os ainda empregados.

O controle das crises

Sem passarmos do modo de produção capitalista ao modo de produção comunista (que não precisa de mercado) não há solução para as crises. Contudo, se não se pode superar as crises, em parte é possível controlá-las e o capital desenvolveu vários mecanismos com essa finalidade. Ainda que seja um controle muito limitado, ainda assim, algum controle é possível.

Dois são os mecanismos básicos desse controle. O primeiro deles é a elevação do consumo, por todos os meios possíveis. A produção em série de milhares de produtos idênticos, de baixo valor, voltados a um mercado de consumo de massas, que inclui parcelas consideráveis até mesmo dos trabalhadores, deu a impressão de ser um mecanismo muito eficaz de controle das crises por várias décadas depois da crise de 1929. O estimulo da produção pelo Estado, através de políticas de construção civil, de investimento nos setores básicos, de políticas públicas que faziam do Estado um "comprador", ou o estímulo ao crédito barato são medidas que fazem parte desse mecanismo de controle. O recente "crescimento econômico" do Brasil, nos anos petistas, foi promovido desta forma. Nesse conjunto de medidas de controle das crises pelo aumento do consumo a produção de armas e as guerras ocupam um lugar de grande destaque.

Gabriel Kolko, em seu livro Century of War (Século de guerra), estima que no século 20 foi investido no complexo industrial militar o dobro do que a humanidade gastou ao redor da indústria automobilística — desde estradas até a reforma dos centros urbanos para se adaptarem aos carros, desde a indústria do petróleo até a fabricação de metais e vidros para os carros, desde a própria produção de carros até os mecanismos de controle burocrático que o trânsito requer, desde as oficinas e ferros velhos até os estacionamentos etc. Estima-se que 10% da área dos Estados Unidos esteja ocupada por carros ou pelos equipamentos que ele requer.

Do ponto de vista do capital, a fabricação de armamentos tem uma grande vantagem: nem tudo é produzido para ser consumido. As armas atômicas são um excelente exemplo desse fenômeno: os EUA tinham bombas suficientes para destruir o planeta 66 vezes, a URSS para o fazer 33 vezes!! Se fosse para serem usadas, bastava destruir o mundo uma vez só! Para que 99 vezes? Para aumentar o consumo, ainda que seja um consumo dessa ordem de absurdo!

O primeiro mecanismo de controle das crises é, portanto, o aumento do consumo, chegando ao extremo mesmo de consumirmos o que não necessitamos. Já falamos das bombas atômicas, mas quantos produtos não consumimos no dia a dia que ou sabemos que não fazem bem para nossa saúde ou sabemos que são completamente dispensáveis? O que os norte-americanos em um dia jogam fora de hambúrguers que não consumiram inteiramente tem carne suficiente para o consumo de carne de todo o Paraguai por um mês. Os exemplos são infinitos!

O segundo mecanismo é eficiente no curto prazo, não passa, contudo, de uma ficção, de uma fantasia. É o "aquecimento" da economia pelo "crédito barato", como dizem os economistas burgueses. Para entender esse mecanismo, precisamos de um pouco de economês!

Os 100 reais do seu Joaquim

Quando o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal – ou qualquer outro banco – recebe dinheiro do Banco Central para financiar quem queira comprar geladeiras, carros, casas, TVs etc. o governo apenas imprimiu mais dinheiro. A produção continua a mesma, a quantidade de mercadorias continua a mesma, mas a quantidade de dinheiro aumentou.

O dinheiro é uma mercadoria como outra qualquer. Seu valor corresponde à sua quantidade necessária para comprar as mercadorias. Quando aumenta a oferta de dinheiro no mercado (tal como quando aumenta a oferta de mangas ou bananas), o valor do dinheiro cai e precisa-se de mais dinheiro para comprar o mesmo produto: é a inflação. Ao o Banco Central passar mais dinheiro aos bancos sem que tenha havido um aumento na produção das mercadorias, começa um processo de inflação. O dinheiro começa a perder valor.

Contudo, há um fato que gera a ilusão de ser possível escapar desse desequilíbrio. Se o seu Joaquim tomar emprestado 100 reais do banco e comprar tijolos para sua casa em construção, o vendedor dos tijolos vai comprar, com esses mesmos 100 reais, mais argila para sua cerâmica e, ainda, comida e roupas para sua família. Os que venderam argila, comida e roupas para o vendedor de tijolos, gastarão os mesmo 100 reais para comprarem gasolina, remédios e pagarem uma passagem de avião e, os vendedores desses produtos, por sua vez, gastarão esses mesmos 100 reais para comprarem perfumes, sapatos e fósforos... e assim por diante.

Perceba: o Banco Central coloca 100 reais para o banco emprestar e, os mesmos 100 reais movimentam muitas vezes seu valor em mercadorias!! O governo e seus economistas, então, imaginam: cobram-se impostos nessas compras e vendas todas, de tal modo que esses 100 reais voltam com lucro para o governo e, assim, pode-se evitar a crise! Num mundo perfeito, isso funcionaria. Mas, claro, o mundo não é perfeito, ainda mais o mundo do capital!! Esse sonho não passa de fantasia.

As "bolhas" de consumo

Os bancos, percebendo que há dinheiro em excesso na economia e que a moeda perdeu valor, aumentam as taxas de juros. O dinheiro arrecadado pelo governo com o aumento das vendas termina quase todo nos cofres dos bancos. O capital, sabendo que há dinheiro na economia, aumenta a produção para que esse dinheiro venha para suas mãos. Os juros, que já aumentaram, são agora acompanhados pelo crescimento da produção. A superprodução, então, ameaça uma nova crise e, os juros altos tornam o perigo ainda maior!

O que o governo faz para administrar a crise que se agravou?

Mais do mesmo: emite mais dinheiro e o repassa aos bancos, para que emprestem e "aqueçam" a economia. O ciclo se realimenta: a pressão inflacionária que vem pelo aumento do dinheiro no mercado leva a um novo aumento dos juros. Os juros mais altos elevam o preço das outras mercadorias e, para agravar a situação, temos um novo aumento da produção industrial impulsionado pelo dinheiro que o governo injetou na economia. O perigo anterior, da superprodução, agravado pelos juros elevados, torna-se ainda mais intenso: a superprodução torna-se maior, os juros continuam elevados e, agora, temos também uma elevação dos preços e a inflação tende a se generalizar pela economia.

O governo, para enfrentar o agravamento da situação, novamente faz mais do mesmo: injeta mais dinheiro na economia e o ciclo se realimenta – e os bancos vão acumulando um capital cada vez maior.

Uma hora a "corda tem que arrebentar", evidentemente. Quando a corda arrebenta, os economistas dizem que estourou uma "bolha": os juros estão tão elevados e os preços tão altos que ninguém mais compra, com a queda das vendas a superprodução torna-se ainda mais intensa e os preços despencam, inviabilizando a produção, aumentando o desemprego e aprofundando a crise.

Quando a crise se intensifica e o crescimento econômico, mesmo que medíocre, se converte em recessão, o governo dá uma marcha à ré: desaquece a economia. Reduz o crédito e tenta controlar a inflação diminuindo a produção. Para diminuir a produção, aumenta os juros (para alegria do capital financeiro), diminui os investimentos públicos, arrocha os salários e permite que o consumo caia.

Em meses ou anos, a produção em queda se aproxima do consumo da sociedade e a situação de superprodução é amenizada. Então, é possível se pensar em um novo "ciclo de crescimento". E tudo começa novamente – para alegria dos grandes capitalistas. Mais crédito, maiores juros e preços, maior produção, mais crise e, para enfrenta-la, mais crédito, maiores juros e preços até que, novamente, a corda arrebente e se instaure um novo período de crises.

Quase um eterno retorno... ... não fosse por dois detalhes importantes.

As empresas que sobrevivem às crises econômicas são aquelas que conseguem tirar maior quantidade de riqueza pagando o menor montante de salários. Cada empresa, por isso, procura adotar tecnologias e técnicas gerenciais que possibilitem ter cada vez menos trabalhadores para uma produção cada vez maior. Isso significa que o aumento da produção vem sempre acompanhado por uma queda do emprego e, portanto, da diminuição da quantidade de consumidores. Ainda que seja possível aumentar o consumo mesmo com menos consumidores (aumento do consumo de cada consumidor), isso tem, evidentemente, um limite. Ao gerar um crescente desemprego na estrutura social, o capitalismo está matando sua válvula de escape que é o aumento do consumo.

O primeiro detalhe é que a tendência de longo prazo é um aumento da superprodução, já que o desemprego crescente é condição para o aumento da produção e, sem o aumento da produção, as empresas não podem sobreviver à crise.

O segundo detalhe está em que, a cada crise, o pequeno é engolido pelo grande: isto dá origem a um processo de concentração da riqueza que faz com que hoje 62 pessoas tenham mais da metade da riqueza de todo o planeta, como noticiado pelo jornal O Estado de São Paulo no dia 21 de janeiro de 2016. Um capital cada vez mais concentrado significa empresas cada vez maiores, com capacidade produtiva cada vez maior e com uma potência para investimentos ainda mais impressionante que no passado. O aumento da capacidade produtiva se faz, assim, de modo mais concentrado e veloz, intensificando a superprodução que, por sua vez, derruba os preços, aumenta o desemprego e ... tudo se inicia novamente, só que agora de forma mais violenta e rápida porque os capitais e a produção são maiores que das vezes anteriores.

Vivemos, nessas semanas em que sai este número do Jornal Espaço Socialista, um bom exemplo desse fenômeno: o excesso de produção de petróleo que somado à queda da demanda pela crise chinesa derrubou o preço do barril de mais de 100 para menos de 30 dólares.

As ações da Petrobrás caíram de R$ 75 a menos de R$ 5!

O segundo detalhe é, portanto, que as crises tendem a se tornar cada vez mais agudas e cada vez mais prolongadas... até chegarmos à crise estrutural.

A crise estrutural

A crise estrutural, que se iniciou na década de 1970, é uma enorme e gigantesca crise na qual a superprodução se tornou permanente. Ou seja, mesmo com a crise, a concentração de capital e o aumento de sua capacidade produtiva fazem com que a superprodução permaneça. Antes, as crises criavam condições para que um novo ciclo de expansão econômica tivesse lugar. Hoje, mesmo com algum crescimento econômico, a crise se mantém permanente. Novamente, a experiência recente do Brasil petista é um bom exemplo: o aquecimento da economia pelo crédito gerado pelo Banco Central deu a impressão de que uma parte ponderável dos miseráveis estaria se convertendo em classe média. Bastou menos de um ano de recessão para a maior parte retornar para abaixo da linha da miséria. Imprimir dinheiro para aquecer a economia pelo crédito pode ser um paliativo para o curto prazo, nada mais do que isso...

Em poucas palavras, o "combate à miséria" requer a mudança da estrutura de produção que produz a miséria e a superprodução ao mesmo tempo. Enquanto o modo de produção for capitalista serão produzidas miséria e riqueza ao mesmo tempo, pelos mesmos atos, pelos mesmos processos. E as medidas paliativas são, apenas, paliativas: a tendência é sempre a concentração da renda e a crise.

A crise estrutural do capital é a evidência mais visível de que o modo de produção se esgotou. Enquanto perdurar o capitalismo, as contradições sociais não deixarão de crescer e as desigualdades sociais levarão a crescente violência. A democracia vai perdendo sua aparência de respeito aos direitos humanos e mostrando sua verdadeira face: é a força do capital convertida em força política. A produção do capital crescentemente se converte em

destruição dos seres humanos (e, o que é o mesmo, do planeta).

A humanidade já conheceu, no passado, o esgotamento de três modos de produção. O esgotamento do modo de produção primitivo abriu a passagem aos modos de produção asiático e escravista; o modo de produção escravista, ao entrar em crise, fundou as bases do modo de produção feudal e, este, pela sua "crise estrutural", deu origem à Acumulação Primitiva do Capital, isto é, à origem do modo de produção capitalista.

A cada passagem de um modo de produção a outro, houve a transição de uma forma de trabalho à outra: do trabalho de coleta dos tempos primitivos passamos ao trabalho do camponês do modo de produção asiático ou do escravo; o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho servil da Idade Média e, este, finalmente, deu lugar ao trabalho proletário.

Também vivemos momentos de transição: o modo de produção capitalista se esgotou e lançou a humanidade em uma crise estrutural cuja única saída é a superação do modo de produção por outro, mais avançado. Esse outro modo de produção é o comunismo e, sua forma de trabalho, é o trabalho associado.

Essa é a única solução para as crises que, por isso, não têm – mas têm – solução!

Os desafios e as lutas em defesa da educação pública

O ano de 2015 terminou com a importante luta de estudantes secundaristas – principalmente em São Paulo e Goiás –, quando realizaram ações de enfrentamento à precarização das condições das escolas públicas.

A Educação Pública já é bem conhecida pelas suas deficiências e tem sofrido, ainda mais, com as novas medidas que estão buscando impor à nossa juventude. Pudemos constatar, novamente, que a Educação não foi, não é e nunca será a prioridade dos governos (apesar de seus comoventes discursos). O projeto – que foi barrado pela luta dos estudantes – de reorganização escolar no estado de São Paulo (que previa o fechamento de salas de aulas e escolas) é uma expressão das intenções que os governantes têm de destruir as condições de vida da juventude pobre e trabalhadora. Assim como em Goiás, vários outros estados estão aprovando descaradamente projetos que enterram o sistema público de educação, com a inserção de OSs (Organizações Sociais) na gestão das escolas públicas, assim como já ocorre na Saúde e na Assistência Social. Essa é uma forma de privatizar o serviço público, fazendo contratos com instituições privadas que irão gestar as escolas, acabando com concursos públicos, piorando as condições de trabalho de professoras(es) – cabe lembrar que já são péssimas! – e impedindo a existência de espaços democráticos nestes locais, já que quem conduz o processo será alguém de fora da esfera educacional, possibilitando maiores chances de ocorrer desvio de verbas e corrupção.

Além disso, dados apresentados pela Folha de São Paulo no final do ano passado (http://migre.me/sNzvR) mostram um movimento crescente de estudantes (que vão das escolas privadas para as escolas públicas). A crise no país é apontada como o principal motivo dessa transição, sendo mais de 195,7 mil estudantes fazendo esse percurso só no estado de São Paulo! Nesse quadro, as escolas públicas ampliam suas dificuldades em atender essa demanda.

Nas universidades a situação também não é diferente. Se, na posse de seu mandato, Dilma anunciou o lema "Pátria Educadora", na prática fez exatamente o oposto, fato que se comprova pelo tamanho dos cortes de orçamento na Educação. De todos os enxugamentos na verba pública feitos pelo Governo, o maior foi no Ministério da Educação (10,5 bilhões de reais em 2015). Nos diversos cortes que as universidades têm realizado, agravam-se as dificuldades de vida de universitárias(os) mais pobres: cortes e atrasos nas bolsas de permanência estudantil (que já são insuficientes), assim como das bolsas de projetos como os do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), que corre o risco de ser cancelado.

Para viver essa dura realidade universitária, a(o) estudante tem como opção, primeiro, passar pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada), que é considerado um sistema mais democrático e acessível; porém, quando se atenta à forma como ele é executado, vemos o quanto é excludente, como todo processo seletivo de vestibular. As notas de corte geralmente são muito altas, inviabilizando o acesso à graduação superior, como ocorreu com a USP (Universidade de São Paulo), que fechou o processo com onze cursos sem ninguém ter sido selecionada(o). As universidades, desse modo, mostram-se avessas à função que poderiam realizar, pois – em nome de uma "excelência" no ensino – impedem o desenvolvimento educacional da juventude, reforçando seu caráter meritocrático e excludente.

Frente a tantas dificuldades, vê-se a urgência de lutarmos por uma Educação pública e de qualidade! Não podemos aceitar que os governos continuem impondo projetos à Educação que impeçam o desenvolvimento e o aumento da qualidade de vida da classe trabalhadora, pois eles continuam seguindo fielmente o projeto do sistema capitalista: povo sem estudo é povo mais obediente e que aceita ordens sem questionar. E, assim, mantem-se lucros exorbitantes enquanto as(os) trabalhadoras(es) são os que mais sofrem as crises econômicas que o país atravessa.

A luta de secundaristas em São Paulo e Goiás – com manifestações e ocupações em escolas, assim como a greve de professores e técnicos-administrativos nas universidades federais (todos ocorridos em 2015) – mostram que as possibilidades de resistência e enfrentamento estão colocados. Precisamos continuar na luta, criando e sustentando nossos espaços autônomos e democráticos de organização e mobilização (assim como ocorre com o Comando das Escolas Ocupadas em São Paulo), já que nenhum governo, apesar das promessas em campanhas eleitorais e afins, irá garantir o que nos é de direito: uma Educação pública, gratuita e de qualidade!

A reorganização das escolas e perspectivas para 2016

A reorganização das escolas em São Paulo, que nacionalmente ganhou os noticiários e que se estendeu também para os estados de Goiás e Pará, encontra-se dentro do plano de ajuste fiscal adotado pelos municípios, estados e governo federal. Citamos todos os governos (sem distinção partidária) em razão do elogio feito pelo ministro da educação Aloiso Mercadante ao projeto de reorganização das escolas posto em prática por Alckmin.

É por isso que este projeto poderá assumir um caráter de política de estado, tal qual vem ocorrendo com a política de ajuste fiscal adotada nos últimos anos. Portanto, em nada tem a ver com a melhoria do ensino público tal qual é prometido por seus aplicadores.

Partimos do princípio de que, sob a lógica do capital, é impossível obter um ensino público, gratuito e de qualidade. Os sistemas de ensino público servem na verdade para encobrir as contradições do sistema capitalista e não para resolvê-las. Nesse sentido, independe a modalidade ou *"dinâmica da formação dos alunos"* tanto no ensino em ciclos como nos seriados. É o que veremos a seguir.

A reorganização revela a incoerência dos governos no trato com a educação pública

Procuraremos tratar aqui da *"dinâmica da formação dos alunos"* de modo mais geral, sem levar em consideração os processos de avaliação (embora não sejam dissociados) aplicados no ensino em ciclos ou seriado. Buscamos expor o sentido geral do processo educativo ao qual são submetidos os alunos, sem desmerecer uma análise mais profunda.

Ao longo das duas últimas décadas convivemos no interior das escolas com o discurso da conviência e do reconhecimento da diversidade em sala de aula, para que os alunos avancem em sua formação. Isso supostamente se traduziria em melhorias dos sistemas de ensino, ou seja, possibilitaria um ensino público de qualidade a todos.

Foram inúmeros os concursos públicos que incluíam em suas bibliografias a questão da "diversidade" na sala de aula.

Nos momentos de formação no interior das escolas, nos cursos institucionais promovidos pelas secretarias de educação e nos cursos de licenciaturas de formação de professores esse tema era recorrente.

Dentre os autores institucionais, destacamos: Edgar Morin *(Os setes saberes necessários à educação do futuro, 2000);* Philippe Perrenoud *(Pedagogia diferenciada: das intenções à ação, 2000 e Dez novas competências para ensinar, 2000).*

No caso de São Paulo, esses autores, desde os anos 1990, fizeram parte das formações e de bibliografias dos concursos públicos para professores da rede estadual de ensino.

Porém, a reorganização das escolas trabalha no sentido inverso da melhoria do ensino, em vez de qualidade traz corte de verbas. O compromisso com a educação se perde para favorecer o compromisso com os empresários. Os lucros da agiotagem financeira subtrai percentuais cada vez maiores do orçamento público que poderiam ser destinados à educação mas são engolidos pelo pagamento da Dívida Pública.

Por traz da reorganização está o ajuste fiscal e a necessidade de controle

A reorganização das escolas no estado de São Paulo iniciou-se em 1992, com a secretária de educação de Covas, Rose Neubauer. E da mesma forma que em 2015, se deu com muita falta de transparência, ignorando as comunidades escolares e os movimentos de alunos e professores contrários à reorganização das escolas em ciclos daquele ano.

No entanto, diferentemente de 1992, a ocupação de mais de 200 escolas públicas estaduais fez Alckmin recuar ao menos no ritmo da reorganização.

Reconhecemos que foi uma vitória este movimento dos alunos, com o apoio dos pais e professores. O apoio destes últimos veio, sobretudo, daqueles que foram vanguarda última e maior greve do magistério paulista, que durou 92 dias.

Mas isto não reverteu totalmente a reorganização das escolas. Inúmeras delas mantiveram o período noturno fechado e não abriram matriculas para as séries iniciais do ensino fundamental (6º anos) e médio (1º anos), demonstrando que Alckmin manterá o seu projeto de reorganização do ensino, que avança também para outros estados. E em São Paulo avança agora paulatinamente.

A escolha do novo secretário, Renato Nalini, que foi presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, vai nesse sentido, de executar o projeto de Alckmin. Em relação a este, há relatos de ser intransigente e linha dura com os trabalhadores do judiciário.

É evidente que isso se deve pelo fato de o estado de São Paulo desde os anos 1990 ter estado à frente e comprometido com a aplicação das medidas neoliberais e da adoção de leis e da construção de obras do interesse do empresariado em geral. Para manter essa vocação é necessário cortar verbas dos serviços públicos (saúde, educação, transporte coletivo, moradia etc).

Foi por conta disso que o orçamento do Estado de São Paulo em 2015 sofreu um corte de R$ 6,5 bi, que representou um corte de cerca de um R$ 1 bi só da educação. Em 2016, o contingenciamento será de R$ 6,9 bi, sendo R$ 3,9 bi de cortes nas despesas de custeio.

Além disso tudo, a reorganização das escolas *visa hierarquizar, controlar,* punir e inserir no processo educativo valores impostos pela sociedade burguesa, como: a *submissão, a obediência às regras, a competição, a meritocracia, dentre outros.*

Na relação dos professores com os alunos, procura-se criar *"uma estrutura de poder do professor sobre o aluno". (Freitas 2003)*

Portanto, o ensino em ciclos e a progressão continuada não eliminam na prática os problemas decorrentes do ensino seriado como alegam. Isto ocorre apenas no discurso, pois no dia a dia das escolas as práticas excludentes continuarão existindo.

Não é por acaso que Alckmin está sendo acusado de retaliação aos estudantes que estiveram à frente do movimento secundarista que reduziu o ritmo da aplicação de seu projeto.

Perspectivas para 2016 e respostas possíveis à ofensiva capitalista

Continuaremos a assistir o agravamento da crise estrutural capitalista e as ações governamentais para minimizar os seus danos para o capital. Para pagar a Dívida Pública, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, o governo Dilma/PT em 2015, comprometeu 46% do PIB até 01/12/2015. E em 2016, serão

47%. O próprio Tesouro Nacional assumiu que esta cresceu 21,7% em 2015, correspondendo à R$ 2,79 tri. Isso diminuirá ainda mais os recursos para os serviços públicos, para a educação e demais serviços.

Se tivemos um 2015 com inúmeras greves de professores e muitas sem conseguir ao menos reposição salarial, materialmente para 2016 as perspectivas não são boas. Terminamos 2015 com atrasos e parcelamentos de salários e de 13º, o que poderá avançar para a retirada de direitos históricos, ataques às aposentadorias e piora em nossas condições de trabalho em função da precarização.

Também já vimos em 2015 o avanço da privatização nos serviços públicos com a participação de redes de empresários (*Todos Pela Educação, Parceiros da Educação*, dentre outras) com suas inúmeras ONG´s, o que continuará em 2016.

Por outro lado, o movimento sai fortalecido pelo envolvimento dos pais na luta dos secundaristas contra a reorganização. Isto se dá pela primeira vez desde os anos 1980, e, dados os cortes orçamentários, que se traduzirão em serviços públicos cada vez mais precários, a participação dos trabalhadores e seus filhos na defesa desses serviços deve aumentar. Temos que apostar nesta unidade.

Além da nossa luta histórica pelos "10% do PIB para a Educação Pública Já!", precisamos avançar para o controle dos orçamentos públicos e a definição da aplicação desses recursos, para que estejam nas mãos dos verdadeiros interessados na Educação Pública: os professores, alunos, pais e demais trabalhadores.

Precisamos defender o não pagamento da Dívida Pública e o investimento do dinheiro público nos serviços sociais essenciais.

A defesa do controle público e democrático do dinheiro da Educação de modo a que chegue realmente para as necessidades dos professores, alunos e pais é também fundamental.

É preciso incentivar mobilizações e organizações de base nas escolas, seja em reuniões, assembleias com toda a comunidade, a formação de comissões conjuntas de professores, pais e alunos, Grêmios, participação e cobrança de funcionamento dos Conselhos de Escola e das APM.

Por conta do papel das gestões das escolas de aplicadoras das políticas governamentais, a repressão aos alunos que se opõem a essas políticas exige nossa ampla defesa da eleição direta para diretores de escola, para lutarmos por gestões eleitas e comprometidas com os interesses da comunidade escolar.

Crise do Rio de Janeiro: mais de 50 anos de ajuste fiscal e decadência do estado

O Espaço Socialista e o MOS (Movimento de Organização Socialista) do Rio de Janeiro iniciaram um processo de aproximação política objetivando, entre outros pontos, a construção de intervenção em comum no movimento e também de materiais políticos. Esse artigo é parte do fortalecimento desse processo que visa a constituição de uma organização política revolucionária em comum.

Pezão faz os trabalhadores públicos e a população pagarem novamente a conta

A crise do Rio de Janeiro é parte do Ajuste Fiscal, implementado pelo Estado brasileiro dirigido pelo PT, cumprindo as exigências da banca internacional. Nesse momento, a crise arrebenta nos elos mais fracos da Federação (no caso, em certos estados e munícipios).

Portanto, a crise do Rio de Janeiro se insere no contexto de processos semelhantes, particularmente no Paraná (onde houve a heróica greve dos professores contra a privatização do fundo de previdência dos servidores estaduais), no Rio Grande do Sul (local em que ocorreu a greve geral do funcionalismo estadual contra o parcelamento dos salários) e em São Paulo (na vitoriosa ocupação de várias escolas por estudantes).

Não é gratuito, portanto, que o secretário de fazenda Júlio Bueno, do governo Pezão (PMDB), tem proposto um Pacto Federativo, envolvendo todos os governos estaduais, para acabar com a estabilidade e resolver a insolvência das previdências públicas estaduais. Como consequência, Pezão deu reajuste zero e parcelou o 13º salário do funcionalismo em 2015, , atrasou os vencimentos e, agora, fala em aumentar a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, quando a mesma já teve aumento, em 1999, no governo de Anthony Garotinho, de 9% para 11%.

Não custa frisar que o fundo de previdência pública estadual do Rio de Janeiro (RioPrevidência) é superavitário, assim como a previdência pública federal. A utilização dos recursos do fundo para outros fins – que não o pagamento dos salários de servidores aposentados e pensionistas – é uma das explicações para uma suposta crise financeira do RioPrevidência.

Mas, além disso, há interesse do sistema financeiro em privatizar os fundos de previdências públicas estaduais. A política de alarmar a opinião pública, repetindo uma mentira mil vezes de que o RioPrevidência está falido, e fazer a conta sobrar para os servidores (penalizados com o atraso de pagamentos para aposentados e pensionistas, e com o aumento da alíquota de contribuição dos servidores ativos para o fundo de previdência estadual) é parte da política de privatização.

PMDB do Rio: um histórico de governos contra os trabalhadores

A presença do PMDB no poder no Rio de Janeiro é de longa data e vem da época do "chaguismo", que surgiu da fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro. Chagas Freitas, dono do jornal de maior circulação no Rio de Janeiro no período (O Dia), era o único governo da oposição consentida ao regime militar (MDB). Além da convivência cordial com a ditadura, Chagas criou uma rede de fisiologismo e clientelismo para sustentar a máquina do "chaguismo".

O "chaguismo" acompanhou a decadência do estado, principalmente do seu parque industrial (no caso, o setor naval). O desmonte desse setor, que puxou para baixo todo o restante da indústria (até início dos anos oitenta, a segunda maior do país), fez com que a pauperização da população aumentasse

consideravelmente, alavancando nas favelas – e na periferia da capital – o chamado crime organizado, envolvido principalmente com a comercialização ilegal das drogas. A máquina eleitoral do "chaguismo" se envolveu com esse iniciante crime organizado

A ascensão de Leonel Brizola – ao derrotar o candidato do "chaguismo", Miro Teixeira, em 1982, fez com que muitos de seus quadros migrassem para o PDT – levou à eleição de Saturnino Braga à prefeitura, em 1985. Entretanto, o desencanto com o brizolismo fez com que retornasse o PMDB ao poder, através de um ex-dirigente do PDS (partido da ditadura), Wellington Moreira Franco, derrotado por Brizola em 82.

Em meio a grande crise econômica do governo Sarney, Moreira fez violentos ataques aos serviços públicos e seus trabalhadores. A prefeitura do Rio faliu em 1988. Os bolsões de miséria aumentaram, a lumpenização de significativos setores da população fez com que o crime organizado ganhasse mais força, inclusive, com vínculos com parlamentares.

Brizola retornou em 1992, mas sua aliança com Collor de Mello, abriu caminho para, pela primeira vez, o PSDB chegasse ao poder, na mesma onda neoliberal no início da década de 90. O governo tucano iniciou as privatizações no do estado (BANERJ, CEG, TELERJ, entre outras), acompanhando as privatizações iniciadas por FHC, quando ainda era ministro da Fazenda de Itamar Franco.

Com o governo de Garotinho (PDT) e Benedita (PT) o crime organizado ganha força. É nesse processo que forças de segurança do Estado organiza as milícias e que servirá de sustentação do governo Garotinho, já rompido com o PDT. O governo Rosinha Garotinho mantém essa política de aproximação com os milicianos e desfere mais ataques ao funcionalismo público estadual.

Cabral: dos milicianos às máfias das empreiteiras e dos transportes

Sérgio Cabral (também do PMDB) mantém a relação dos antecessores com os milicianos e com um discurso de defesa do funcionalismo público, mas foi nesse governo que o funcionalismo sofreu vários ataques, como a implantação das OS's (organizações sociais) para administrar a saúde, que resultou no caos que acompanhamos agora.

A aliança com Lula, os projetos do governo federal para o estado (Pré-Sal, recursos federais para a realização da Copa do Mundo, as obras para a sede dos Jogos Olímpicos permitiu que Sérgio Cabral construísse uma aliança político-financeira com as empreiteiras (como a Delta e Odebrecht) e os empresários de ônibus garantindo a sua reeleição e a eleição – em aliança com o PT- do aliado Eduardo Paes como prefeito da cidade.

Um dos motes para as vitórias do PMDB foi a chamada "guerra ao tráfico", com a ocupação fascista pela Polícia Militar de dezenas de favelas e comunidades. É a maior expressão da criminalização à pobreza no Rio de Janeiro como nos recentes governos do PMDB.

Na área da saúde, de um lado destruía o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (hospital público de boa qualidade), Cabral inaugurava obras de fachadas como as UPAS, desalojando centenas de moradores para a construção do Parque de Madureira e atacava os moradores da Via Autódromo, para abrir espaços para as obras das Olimpíadas.

A resistência à demolição do IASERJ, às desocupações forçadas de moradores pobres, às obras inescrupulosas no entorno do Maracanã (destruição do velho estádio e seu parque esportivo, de uma escola referência e do Museu do Índio) estão por trás a força que as Jornadas de Junho de 2013 tiveram no Rio de Janeiro. O assassinato do pedreiro Amarildo pela PM foi mais um acontecimento que desgastou Cabral e o tornou o governador mais odiado do país.

Porém, a derrota do processo de Junho de 2013, a prisão dos 23 ativistas durante a Copa do Mundo e a realização de mais obras, beneficiando as empreiteiras e as empresas de transportes (a construção do BRT e do VLT), alimentou a máquina eleitoral do PMDB permitindo que o partido elegesse o então vice-governador Pezão.

Pezão: além dos ataques ao serviço público, negócios escusos com os empresários

Logo no início do governo, o Complexo Petroquímico do Estado (COMPERJ) foi desativado resultando em milhares de demissões. A crise do petróleo (queda do preço no mercado) e os estragos da "Operação Lava-Jato" levou as economias das cidades próximas a Bacia de Campos à bancarrota. Até mesmo a arrecadação do estado caiu em função da diminuição do *royalties* do petróleo.

Essas são as bases da crise do estado do Rio de Janeiro. E Pezão empurra a conta da crise para os servidores: a UERJ teve que ser ocupada por estudantes bolsistas, que não recebiam o que lhe era de direito, assim como os funcionários terceirizados. Os hospitais foram abandonados à própria sorte há também a desativação das UPAS

Para os financiadores da eleição, atos de gratidão: a dívida que o consórcio que controla os trens (SUPERVIA, ligada à Odebrecht) foi perdoada. A brita para as obras do VLT e outras é de uma empresa ligada ao presidente da ALERJ, Jorge Picciani, pai de Leonardo Picciani, líder do PMDB na Câmara dos Deputados e aliado de Dilma contra o impeachment.

O que tem crescido é a barbárie e a presença do Estado de Exceção, que cercam com suas UPPs as favelas e comunidades. A ausência de mobilidade urbana para os trabalhadores é resultado das obras na cidade e é uma política consciente do governador e do prefeito para dificultar o acesso dos pobres às áreas nobres da cidade –combinada com a revista dos ônibus pela PM para impedir o acesso de negros e periféricos às praias da Zona Sul.

A fragmentação da esquerda e da classe trabalhadora para enfrentar esses ataques

O desmonte dos serviços públicos atinge principalmente a população pobre e não somente os trabalhadores públicos. Entretanto, a resposta dos servidores fluminenses a esses ataques tem sido lenta, ao contrário do que aconteceu no Paraná, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Até o final de janeiro, ainda não houve uma resposta unificada nas ruas, sequer uma paralisação de 24 horas dos trabalhadores públicos.

A unificação tem sido levada burocraticamente pelas principais entidades dos servidores públicos. O próprio Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (MUSPE)

– criado como um fórum de estrutura democrática, em 2002, contra o atraso de salários na transição do governo Benedita da Silva (PT) para o de Rosinha Garotinho (PSB) – foi burocratizado, só podendo participar dirigentes sindicais, afastando a participação de setores da base não-alinhados com os representantes dos sindicatos.

O que tem sido feito se limita às iniciativas jurídicas, como o pedido de impeachment de Pezão, ou pedido liminar para que o pagamento de salários se dê dentro do **mês de trabalho**. As ações jurídicas, descoladas da ação direta dos trabalhadores públicos, são completamente ineficazes e, mesmo coexistindo com mobilizações e greves, essas medidas não têm nenhuma garantia de bom resultado.

A construção de um fórum unificado, democrático, de base, aberto a todos servidores públicos – que queiram lutar contra o desmonte praticado pelo governo Pezão-PMDB – , assim como a usuários do serviço público, subdivididos por regiões, mas que desenvolvam ações unitárias, é uma necessidade deste momento.

As organizações antigovernistas de esquerda, que estão na direção de importantes entidades do funcionalismo estadual, no entanto, parecem mais preocupadas com os seus projetos particulares para as próximas eleições de prefeito.

China expressa os sinais de uma crise que é estrutural

O fantasma da crise...

Em 2015, o crescimento da China ficou em 6,8% face ao ano anterior, o mais baixo desde 1990. (http://observador.pt/2016/01/19).

Mas primeiro devemos notar que estes são os dados oficiais do governo. Indicadores como as vendas no varejo e o consumo de eletricidade apontam para uma desaceleração maior. Esse índice também é fruto de várias intervenções do governo Chinês injetando dinheiro desde que tem havido quedas na Bolsa.

Além disso, o êxodo constante da população rural para as cidades, o acúmulo dos problemas e da desigualdade em um país com 1,4 bilhão de pessoas, e em que mais da metade é composta de operários precarizados faz com que as preocupações aumentem.

Assim, 2016 começou com três quedas que fizeram travar as operações na Bolsa de Pequim (o sistema desarma quando a queda atinge - 7%) e cair as bolsas em todo o mundo. E se a situação continuar se agravando?

Modelo pautado na superexploração e dependente dos países centrais

Durante as últimas décadas, os diferenciais da China eram: uma mão de obra com níveis de exploração altíssimos, seja pelas condições subumanas de trabalho como pelos salários baixíssimos. Como resquícios da revolução de 1949, o Estado ainda provia os serviços básicos mínimos como saúde, educação, alimentação, as empresas podiam se instalar em zonas especiais e assim pagar salários baixíssimos e exigir jornadas extenuantes de trabalho. O ganho salarial mínimo e um estado altamente repressor (também desenvolvido anteriormente sob o falso rótulo de socialismo) mantinha a mão de obra sob controle.

Assim, milhares de grandes corporações instalaram empresas na China, exportando para o restante do mundo. Deu-se origem à bolha das chamadas commodities (matérias primas), pois o mercado financeiro disseminou e potencializou as tendências de aumento dos preços, beneficiando às burguesias dos países periféricos e abrindo algumas margens para os chamados projetos chavistas.

Até a eclosão de 2008, o destino das exportações da China era principalmente os países centrais, cujas burguesias transferiam fábricas para a China (baixando violentamente seus custos e obtendo superlucros). Ao mesmo tempo, utilizavam esse mecanismo (ameaça de mudança para a China) para pressionar os trabalhadores dos países centrais a aceitarem redução de direitos, arrocho salarial e desemprego, em nome da "competitividade".

Com o crescimento das exportações da China, sobravam divisas que o estado ia utilizando para construir mais obras de infraestrutura. Outra parte ia para o surgimento de uma burguesia e de uma classe média chinesas a partir da conversão de setores da burocracia do PC e/ou de máfias que já existiam.

A China exportando a um ritmo alucinante consumia uma grande quantidade de matérias primas, colocando uma demanda nova para os países produtores de matérias primas, que por um período de 15 anos beneficiou as exportações brasileiras, mas basicamente toda a América Latina, Africa do Sul, etc.

Esse equilíbrio obviamente problemático durou um tempo, pois nos países centrais havia uma grande oferta de crédito, capital que não compensava ser investido na produção nesses países e que foi então direcionado como fundos de crédito para o superendividamento da classe média e dos trabalhadores dos países centrais.

Estoura a crise de 2008. O Estado chinês redobra a aposta

Mas o aumento da tecnologia e das capacidades produtivas instaladas no mundo (que agora incluía a China) foi levando a um aumento da oferta, enquanto do outro lado houve o esgotamento do potencial de consumo devido ao limite do superendividamento das famílias dos países centrais. Houve a explosão da crise mundial em 2008.

Portanto, a crise de 2008 não foi de modo algum uma crise financeira. Essa era apenas sua aparência. Por detrás havia a crise de superprodução de capitais e de capacidade instalada que não encontrava mercados suficientes para serem escoadas com lucro.

A partir de então, todos sabemos: os estados nacionais despejaram cifras astronômicas para salvar os grandes bancos e corporações (entre 12 a 15 trilhões de dólares!). Isso levou ao endividamento dos mesmos e ao mesmo tempo à superemissão de dólares, euros e ienes, utilizados para pagar dívidas, importações e serviços, indo parar nas mãos dos países como Brasil, China, Rússia, Índia e muitos outros.

Foi criado o G-20, cuja função era comprometer os países chamados

intermediários com saídas para a crise que beneficiassem os países centrais dos quais eram dependentes pelo mercado. Os países intermediários deveriam abrir ainda mais seus mercados para o consumo de produtos dos países centrais (via crédito) e para os capitais privados (aquisição de Títulos da Dívida Pública, várias formas de privatização como concessões, etc.).

Com o esgotamento do endividamento das classes médias e dos trabalhadores dos países centrais, e com o endividamento dos respectivos estados nacionais, a palavra de ordem passou a ser *Austeridade*.

Visando se tornarem mais competitivas, as empresas dos países centrais se reestruturaram – como a GM –, fecharam ou reestruturaram suas fábricas, diminuindo seus custos.

A queda nos ritmos do mercado mundial e a reestruturação das empresas dos países centrais provocaram a queda do ritmo de crescimento da China.

Mas então o estado chinês entrou impulsionando a economia com investimentos em obras de infraestrutura, portos, usinas, aeroportos e até cidades, em busca de criar as melhores condições para tornar a China mais atrativa para as empresas.

No entanto, dada a redução do ritmo de crescimento global pós 2008, o investimento estatal chinês teve um efeito paliativo. Sua manutenção tem provocado um endividamento cada vez maior do estado, difícil de se sustentar. E mesmo assim, as empresas resistem em fazer novos investimentos para aumento de produção na China.

Mais do que isso, tem havido uma tendência de as empresas deixarem a China. Uma em cada quatro empresas norte-americanas com negócios na China encerrou parte das suas operações no país, ou irá fazê-lo, num período em que a segunda maior economia mundial cresce ao ritmo mais baixo dos últimos 25 anos. (http://observador.pt/2016/01/20).

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

Contatos

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1

Entre as empresas que deslocaram as suas operações, quase metade optou por outros países asiáticos, enquanto 38% escolheu a América do Norte. Ou seja, o capital busca condições de maior superexploração em outros países e parte do capital retorna aos países centrais.

O esgotamento do modelo exportador. E agora?

Assim, todos os debates passaram a ser sobre como incentivar um novo modelo mais voltado para o consumo interno e para o setor se serviços. De fato, pela primeira vez, em 2015, o setor de serviços representou 50,5% do crescimento do produto interno bruto (PIB), ligeiramente à frente da indústria e agricultura. (http://observador.pt/2016/01/19).

Mas essa transição para uma economia mais voltada para o mercado interno é muito incerta, lenta e problemática. Dependeria de um afluxo de capitais que apostasse no endividamento de grande parte da população chinesa, a exemplo do que houve no Brasil a partir de 2009 até 2014.

Mesmo que isso ocorra, não conseguirá suprir as perdas pela diminuição das exportações chinesas em lento crescimento devido à situação da economia mundial.

Em segundo lugar, assim como aconteceu no Brasil, um ciclo de superendividamento na China tende a ser muito mais curto que o dos países centrais, repondo então com muito mais intensidade todos os problemas estruturais.

A classe trabalhadora chinesa com baixíssimos salários tem um potencial de endividamento que não se compara com o que ocorreu nos países centrais.

Assim, mesmo que a China ainda preserve certo crescimento, não voltará mais ao ritmo anterior, e o principal responsável por isso é que a economia mundial como um todo deve se manter em lento crescimento ou mesmo estagnação. Ou seja, as dificuldades da China na verdade revelam a crise estrutural do capital.

O despertar da classe operária chinesa

Na China, os trabalhadores só têm direito à greve se for organizada pela Federação Chinesa de Sindicatos (ACFTU na sigla em inglês); basicamente uma burocracia que atua como braço do governo e que não defende os trabalhadores. A prisão de ativistas independentes é prática nos protestos, havendo também o recurso a capangas e para atacar e desmobilizar os piquetes de greve dos trabalhadores.

Mesmo assim, as greves têm dado um salto de quantidade e muitas se organizam de forma independente. A intensificação da exploração, que já é altíssima, só pode aumentar a temperatura desse caldeirão.

O ativismo trabalhista está se ampliando na classe operária, que abrange mais da metade dos 1,4 bilhão de chineses.

Consequências e desafios para o Brasil e a América Latina

De imediato, portanto, as consequências são o fim do boom das commodities com a queda espetacular do barril do petróleo a menos de 30 dólares (já esteve a 120); a queda das demais matérias primas como minérios, etc.; ao mesmo tempo o enfraquecimento das moedas dos países periféricos frente aos países centrais, encarecendo a importações; e como decorrência, o salto no aperto da vida dos trabalhadores.

A polarização social e política mina as bases dos projetos "reformistas" como o PT, assim como os projetos chavistas. Os setores de direita se apresentam mais abertamente na disputa pelas alternativas de projetos de sociedade, e buscam ganhar legitimação perante as massas.

Mas a classe trabalhadora e os setores populares e camponeses aumentam e radicalizam suas lutas, o que desperta novas energias, principalmente com a juventude.

Os desafios para a esquerda revolucionária aumentam, pois todo esse processo ainda é marcado por uma aprofunda crise de alternativas socialistas. No entanto, novas experiências estão se gestando, com organizações de base nos locais de trabalho, moradia e estudo e também na formação de frentes para lutar, nos debates e o início de uma consciência anticapitalista.

Assim, o desafio cada vez mais urgente passa a ser construirmos juntos as lutas e como parte delas a consciência, programa, e as formas de organização socialistas e revolucionárias.